

O QUE NOS FAZ HUMANOS: INTERSUBJETIVIDADE NA GRAMÁTICA, NO DISCURSO E NA INTERAÇÃO*WHAT MAKES US HUMAN: INTERSUBJECTIVITY IN GRAMMAR, DISCOURSE, AND INTERACTION**Diogo Pinheiro¹**André V. Lopes Coneglian²**Augusto Soares da Silva³*

O dicionário Michaelis oferece duas definições para o substantivo “intersubjetividade”: “Qualidade ou característica de intersubjetivo” e “Situação de comunicação entre indivíduos em que ocorre o diálogo das consciências individuais”⁴. A primeira não é particularmente esclarecedora, mas a segunda ilumina com clareza o território semântico que o termo recobre: trata-se de fazer referência a situações em que dois ou mais organismos *estabelecem interação*, de maneira tal que ações ou perspectivas de um passam a levar em conta as ações ou perspectivas do outro.

Nas últimas décadas, a noção de intersubjetividade se tornou crescentemente relevante para disciplinas como a psicologia cognitiva, a neurociência e a biologia evolutiva (Schore, 2021; Zlatev *et al.*, 2008; Gärdenfors, 2008; Decety; Chaminade, 2003). A razão para esse interesse tem a ver, ao menos em parte, com o debate sobre o sucesso evolutivo da espécie humana (medido a partir de critérios como dispersão geográfica, consumo de biomassa e tamanho da população⁵). Se, para Aristóteles, a superioridade da nossa espécie residia na razão, cientistas contemporâneos já arrolaram mais de uma dezena de atributos que justificariam o sucesso evolutivo humano – de polegares opositores à capacidade de fabricação de ferramentas; da escassez de pelos corporais à música e à linguagem (para uma síntese, ver Vermeij (2023)). Nos últimos anos, porém, um número crescente de estudiosos, de áreas diversas, parece estar convergindo em direção a uma história diferente, segundo a qual o sucesso evolutivo da espécie humana se deve, em última instância, às nossas formas únicas, e especialmente desenvolvidas, de interação e socialização – em uma palavra, à nossa *intersubjetividade* (Enfield;

¹ Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), diogopinheiro@letras.ufrj.br, <https://orcid.org/0000-0003-2403-5040>.

² Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), coneglian03@gmail.com, <https://orcid.org/0000-0003-1726-8890>.

³ Universidade Católica Portuguesa (UCP - Braga, Portugal), assilva@ucp.pt, <https://orcid.org/0000-0001-7951-5194>.

⁴ Disponível em: <https://michaelis.uol.com.br/moderno-portugues/busca/portugues-brasileiro/intersubjetividade/>

⁵ Como notam Desmond e Ramsey (2023), definir critérios objetivos para estabelecer o *Homo sapiens* como a espécie mais bem sucedida da história da vida está longe de ser trivial – e, além disso, afirmações sobre o sucesso da espécie parecem estar sempre carregadas de conotações ideológicas. Seja como for, parece haver poucas dúvidas de que “as conquistas cognitivas, sociais e econômicas [da espécie humana] nos tornaram a espécie mais poderosa dentre todas as que já vagaram pela Terra” (Vermeij, 2023, p. 103).

Sidnell, 2022, 2019, 2014; Tomasello 2019, 2018, 2014; Tomasello; Gonzalez-Cabrera, 2017; Gowdy e Krall, 2016; Zlatev *et al.*, 2008; Trevarthen; Aitken, 2001; Trevarthen, 1979)⁶.

Esta não é uma tese trivial. Afinal, boa parte das habilidades sociocognitivas que poderiam ser plausivelmente reunidas sob o guarda-chuva da intersubjetividade parece estar presente em outros animais. Como observa Tomasello (2019), há evidências de que pelo menos alguns grandes símios caçam em grupo, adquirem novos comportamentos por meio de aprendizado social e agem com base em um senso de reciprocidade, dentre outras manifestações de um comportamento claramente orientado para o outro. Se isso é verdade, que traço da intersubjetividade humana distinguiria a nossa cognição social daquela presente em outras espécies, incluindo nossos parentes mais próximos, como chimpanzés e bonobos?

A resposta que tem sido sugerida por Michael Tomasello e colegas (Tomasello, 2019, 2018, 2014; Tomasello, Gonzalez-Cabrera, 2017) é a de que a especificidade da intersubjetividade humana reside na **intencionalidade compartilhada** (“shared intentionality”), entendida como a capacidade de formar com o outro um **agente compartilhado** – isto é, um “nós” que opera como uma entidade única, na medida em que os sujeitos que a compõem compartilham intenções, conhecimentos e valores sociais/morais. De acordo com essa abordagem, grandes símios são dotados apenas de **intencionalidade individual**, o que significa que, embora sejam capazes de compreender o outro como agente intencional e levar em consideração a perspectiva alheia, eles não atuam cooperativamente, formando um único “nós” fundado em objetivos comuns. Para Tomasello (2019, p. 14), mesmo quando caçam em grupo, cercando uma presa, os grandes símios não estão de fato trabalhando juntos, de forma cooperativa, em prol de uma meta comum. Em vez disso, cada um deles estaria focado em sua meta individual, de maneira que cada indivíduo estaria usando o outro, de forma autocentrada, como uma espécie de “ferramenta social” para atingir o seu objetivo particular (Tomasello, 2019, p. 13)⁷. Isso é muito diferente do que ocorre em um sem-número de atividades coletivas humanas – como jogar futebol, tocar em uma banda ou participar de um procedimento cirúrgico –, em que todos os agentes devem enxergar a si mesmos como membros de uma entidade superordenada – o time, a banda ou a equipe cirúrgica – e, como consequência, atuar cooperativamente, de forma sincronizada, em prol de uma meta comum, cujo êxito será benéfico para todos os envolvidos.

A ideia aqui, portanto, é a de que, enquanto a sociabilidade dos grandes símios é em grande medida autocentrada e baseada na competição, a sociabilidade humana está largamente fundada em uma tendência à cooperação – e essa diferença decorreria, precisamente, do fato de que apenas os seres humanos são capazes intencionalidade compartilhada. Como se vê, à luz dessa tese, o que nos distingue das demais espécies não é a mera presença de alguma manifestação de intersubjetividade

⁶ É claro que as diferentes explicações não precisam ser tomadas como excludentes; na verdade, é provável que elas se reforcem mutuamente (Vermeij, 2023). Por exemplo, tanto polegares opositores quanto a intersubjetividade contribuem para a fabricação de ferramentas.

⁷ Uma das evidências disso é o fato de que grandes símios demonstram clara preferência por não compartilhar o alimento obtido na caça coletiva (Tomasello, 2019, p. 14).

(grandes símios e muitas outras espécies certamente apresentam comportamentos orientados para o outro), mas uma forma particular de intersubjetividade, fundada na ideia de intencionalidade compartilhada e, por conseguinte, em uma forte tendência à cooperação (em oposição à competição).

Até este ponto, mencionamos alguns exemplos em que a capacidade de intencionalidade compartilhada permite que o indivíduo forme, com outras pessoas, um grupo circunstancial que executa, aqui e agora, uma **ação conjunta** – como jogar futebol, tocar uma música ou realizar uma cirurgia. Mas a verdade é que o ser humano é capaz de formar – e se sentir membro de – grupos muito mais amplos e temporalmente estáveis (por exemplo, a sociedade brasileira ou a sociedade portuguesa; a torcida do Flamengo, do Cruzeiro ou do Sporting Clube de Braga; a comunidade umbandista ou a comunidade católica). Por um lado, o princípio em operação aqui não é fundamentalmente diferente: trata-se de reconhecer a si mesmo como parte de uma entidade maior. Neste caso, porém, não estamos mais falando de um grupo de pessoas que unem suas habilidades para levar a cabo uma tarefa específica, em uma situação interacional particular, mas de um conjunto de indivíduos que se reconhecem como membros de um grupo sociocultural relativamente estável, definido pelo compartilhamento de símbolos, artefatos, práticas sociais e valores morais.

Para Tomasello (2019), essas duas capacidades são faces da mesma moeda, mas emergem ontogeneticamente – e emergiram filogeneticamente – em momentos distintos. A primeira, a que ele se refere como **intencionalidade conjunta** (“joint intentionality”), amadurece em torno dos 9 meses de idade e teria se disseminado na espécie *Homo heidelbergensis* há cerca de 400 mil anos, como resultado da necessidade de obter comida de forma colaborativa (Tomasello, 2019, p. 14-15). A segunda, referida como **intencionalidade coletiva** (“collective intentionality”), amadurece em torno dos 3 anos e teria se disseminado há cerca de 150 mil anos, já na espécie *Homo sapiens*, como resultado do aumento populacional e do acirramento da competição entre grupos (Tomasello, 2019, p. 18-19). Dito de outro modo, a tendência humana à cooperação, ancorada na capacidade de intencionalidade compartilhada, propicia tanto um comportamento cooperativo no aqui-e-agora interacional, ancorado no reconhecimento de objetivos temporários comuns, quanto um movimento de cooperação em larga escala, que se funda no compartilhamento de um conjunto de convenções (símbolos, práticas e valores, instituições – em uma palavra, cultura).

Entre essas convenções, estão certamente os sistemas linguísticos – aqui entendidos, essencialmente, como um inventário de formas fonológicas, morfológicas e sintáticas convencionalmente associadas a significados/funções particulares⁸. Mas há motivos para supor que a língua não é apenas mais uma dentre as muitas convenções criadas pelos seres humanos como resultado da intencionalidade coletiva. Isso porque, em primeiro lugar, as convenções linguísticas são usadas como *instrumento* para a coordenação de atividades sociais – o que significa, em outras palavras, que se trata de convenções necessárias à execução de outras convenções (Tomasello, 2019,

⁸ A compreensão dos sistemas linguísticos como inventários de convenções, que claramente permeia a obra de Tomasello, é tributária do modelo da Gramática de Construções (Pinheiro; Soares da Silva; Freitas Jr, 2023; Hoffmann, 2022).

p. 19)⁹. Além disso, as línguas parecem desempenhar um papel importante na coesão de grupos sociais na medida em que permitem expressar proposições genéricas (do tipo “Leopardos são perigosos”). Essas proposições são úteis porque traduzem não o ponto de vista de um indivíduo particular, e sim algo que é sentido como uma “verdade absoluta” (mas que corresponde, a rigor, à perspectiva de um determinado grupo social – isto é, trata-se de uma perspectiva intersubjetiva). Nesse sentido, a linguagem produz a sensação de que existiria uma “perspectiva objetiva”, externa ao indivíduo e compartilhada por todos os membros de uma dada coletividade (Tomasello, 2019, p. 19-20).

Mas isso não é tudo. Tomasello (2019, 2018) chega a sugerir também, ainda que em caráter mais especulativo, que a natureza inerentemente perspectival da linguagem seria uma condição necessária à própria emergência da Teoria da Mente (ToM) durante os primeiros anos de vida do indivíduo. Essa “natureza inerentemente perspectival” diz respeito ao fato de que qualquer língua humana permite codificar uma mesma entidade ou situação de diferentes maneiras: a mesma planta pode ser referida como uma “rosa”, uma “flor” ou um “presente”; um mesmo evento pode ser referido como “impeachment”, “golpe” ou “crime”¹⁰. A hipótese de Tomasello é a de que a emergência da ToM durante a ontogenia depende do engajamento das crianças em situações comunicativas nas quais diferentes perspectivas são linguisticamente apresentadas e negociadas. Para ele, essa experiência levaria a criança a desenvolver a compreensão de que o outro pode ter crenças diferentes das dela própria – um pré-requisito necessário para a emergência da Teoria da Mente.

Em suma, a proposta de Tomasello e colegas é a de que a espécie humana conta com uma cognição social única no reino animal, que resulta da capacidade de intersubjetividade compartilhada e produz uma forte tendência à cooperação. Para eles, além disso, a linguagem desempenha um papel central no desenvolvimento das nossas formas de socialização, tanto por permitir a coordenação de um sem-número de atividades sociais quanto por viabilizar a emergência da percepção de que existem perspectivas supraindividuais.

Assim como Tomasello e colegas, também N. J. Enfield e Jack Sidnell vêm desenvolvendo um arcabouço teórico que visa a investigar as particularidades da intersubjetividade humana (Enfield; Sidnell, 2022, 2019, 2014). Em grande medida, as duas propostas coincidem: tanto Tomasello e colegas, de um lado, quanto Enfield e Sidnell, de outro, assumem que apenas a intersubjetividade humana é marcada pela possibilidade de realização de **ações conjuntas** – isto é, atividades francamente cooperativas em que “dois indivíduos se juntam para formar uma unidade” (Enfield; Sidnell, 2022, p. 4). Por outro lado, enquanto o foco de Tomasello e colegas recai sobre a *capacidade psicológica* que permite a realização de ações conjuntas (a saber, a capacidade de intencionalidade compartilhada, como vimos acima), o interesse de Enfield e Sidnell se concentra primariamente sobre a *dinâmica e organização interna* de tais ações¹¹.

⁹ E, poderíamos acrescentar, servem ainda como instrumento para transmissão intergeracional das convenções – práticas, normas e valores – de um dado grupo por meio de instrução explícita.

¹⁰ Essa ideia está na própria gênese da Linguística Cognitiva – ver, em particular, a noção de “construal”, central à Gramática Cognitiva langackeriana (Langacker, 1991, 1987).

¹¹ Esta diferença de ênfase decorre, como é natural, do fato de que as duas propostas se originam em tradições de pesquisa bastante diversas. Voltaremos a esse ponto adiante.

Provavelmente por essa razão, Enfield e Sidnell (2022) atribuem grande peso ao caráter *normativo e público* da intersubjetividade humana. Para eles, com efeito, a marca distintiva da sociabilidade humana é a *accountability*, definida como a propriedade, atribuída a cada indivíduo, de poder ser responsabilizado pelos seus atos e ter a obrigação de responder por eles perante os outros¹². Como os autores explicam, nós estamos o tempo todo cientes de que nossas ações estão sendo avaliadas à luz de um conjunto de normas tácitas de comportamento (e, como consequência, sabemos que podemos a qualquer momento ser questionados, acusados, elogiados, corrigidos...). Esse fato, a que os autores se referem como “tirania da *accountability*”, rege cada detalhe da nossa vida social, determinando nosso comportamento não apenas em eventos solenes, como uma missa ou um funeral, mas em rigorosamente qualquer situação pública. É por causa da “tirania da *accountability*” que nós não desligamos subitamente o telefone depois de termos obtido a informação desejada, não nos posicionamos no elevador de costas para a porta (e sim de frente para ela) e não andamos mais rápido que o nosso parceiro quanto saímos para uma caminhada a dois¹³.

A preocupação central de Enfield e Sidnell (2022), no entanto, não diz respeito à relação entre “*accountability*” e intersubjetividade humana, e sim à relação entre linguagem e intersubjetividade. Especificamente, eles defendem a tese de que *a intersubjetividade é, ao mesmo tempo, causa e consequência da linguagem*. A sugestão aparentemente paradoxal se resolve com o reconhecimento de dois tipos distintos, ainda que relacionados, de intersubjetividade: de um lado, uma *intersubjetividade primária* (“primary intersubjectivity”), que teria funcionado como pré-requisito para a emergência da linguagem (e seria, portanto, filogeneticamente anterior a ela); de outro, uma *intersubjetividade potencializada* (“enhanced intersubjectivity”), que é possibilitada pela própria existência da linguagem. Nas palavras de Enfield e Sidnell (2022, p. 5), “1. a intersubjetividade torna a linguagem possível e 2. a linguagem toma a intersubjetividade para si e a transforma”¹⁴. Nesse sentido, para Enfield e Sidnell (2022), a intersubjetividade humana é essencialmente linguística por natureza.

A fim de compreendermos o raciocínio por trás dessa tese, devemos lembrar que a intersubjetividade humana necessariamente envolve, para Enfield e Sidnell (2022), a realização de ações conjuntas, em que dois ou mais indivíduos se percebem como partes de um todo maior. Em situações desse tipo, nas quais a agência (ou agencialidade) é distribuída entre as partes, a atividade só pode ser plenamente bem-sucedida quando todos envolvidos se comportam, a cada momento,

¹² Uma tradução bastante precisa é *responsabilizabilidade* – isto é, a propriedade de (*alguém*) *ser responsabilizável* (compare-se com “*exequibilidade*”, que denota a propriedade de (*algo*) *ser exequível*). Nesta apresentação, porém, a fim de não cometermos esse neologismo, manteremos o termo original em inglês.

¹³ A atividade social de *caminhar juntos* (“walking together”) foi analisada por Gilbert (1990, *apud* Enfield e Sidnell (2022)).

¹⁴ No original:

“1. Intersubjectivity makes language possible,
and
2. language takes intersubjectivity and transforms it”.

da maneira esperada¹⁵. Para que isso ocorra, porém, três condições parecem ser necessárias: (i) os participantes devem conhecer normas coletivas de comportamento; (ii) os participantes devem saber que estão sendo monitorados e avaliados no que se refere à adesão a essas normas; e (iii) os participantes devem saber que, como resultado desse monitoramento, seu comportamento pode ser, a qualquer momento, publicamente tematizado e caracterizado (isto é: criticado, reprovado, elogiado, questionado, etc.).

É no domínio da condição número (iii) que a linguagem desempenha, para Enfield e Sidnell (2022), um papel central. O raciocínio aqui é bastante direto: se a “tirania da *accountability*” requer que comportamentos sociais sejam publicamente tematizados e caracterizados, sua implementação exige a existência de algum sistema de comunicação cujas propriedades (estruturais e funcionais) permitam essa tematização e caracterização – e esses sistemas seriam, precisamente, as línguas humanas. Nas palavras de Enfield e Sidnell (2022, p. 11-12), “apontar alguém como responsável por ter deixado de cumprir uma obrigação dentro de uma atividade conjunta só é possível se o comportamento do outro puder ser tematizado e caracterizado. Para isso, precisamos de uma forma de descrever o que foi feito. A linguagem nos dá isso”.

Mas, afinal, quais são as propriedades das línguas humanas que viabilizam a tematização dos comportamentos sociais? A mais básica é talvez a possibilidade de *referenciar*. Como notam Enfield e Sidnell (2022), é possível fazer referência a uma entidade por meios não linguísticos (por exemplo, apontando para ela), mas a linguagem permite referenciar uma porção muito mais vasta da realidade concebível do que aquela que pode ser apontada com o dedo – por exemplo, podemos fazer referência a *todos os unicórnios que vivem fora do sistema solar*, à *fundação de Roma* e à *insistência do Joãozinho em desobedecer às minhas ordens*. Isso é importante por duas razões. Em primeiro lugar, e muito simplesmente, porque a *accountability* requer que nós sejamos capazes de fazer referência não apenas a entidades concretas, mas também a situações, comportamentos e mesmo propriedades (a gafe do José; o fato de que a Maria ficou três horas em pé; a falta de noção do Paulo), o que parece demandar, necessariamente, o recurso a signos linguísticos. Mas, para além disso, há ainda o fato crucial de que linguagem – diferentemente do gesto de apontar (Enfield; Sidnell, 2022, p. 109) – viabiliza a referência à *fala* do outro. Isso, por seu turno, potencializa a “tirania da *accountability*”, porque nos permite responsabilizar o outro (questionando, chamando a atenção, criticando, etc.) não apenas em relação pelos comportamentos não verbais (bater em alguém, dormir até tarde), mas também, e crucialmente, pelos seus comportamentos verbais (uma descrição inexata, uma promessa não cumprida).

¹⁵ Em termos concretos, suponha que uma dupla está arrumando uma cozinha. Num dado momento, uma das pessoas está responsável por lavar os pratos e a outra está responsável por secá-los e guardá-los no armário. A atividade deve ser sincronizada: quando o primeiro termina de lavar um prato, o segundo estende o braço para recebê-lo. Se, em um certo momento, o comportamento da segunda pessoa se desvia do esperado (por exemplo, se ela executa um passo de dança em vez de estender o braço), a ação conjunta é prejudicada de alguma forma.

A segunda propriedade relevante é o caráter perspectival da linguagem (a que Enfield e Sidnell (2022) se referem simplesmente como “semântica”). Conforme já observamos, todas as línguas humanas permitem codificar uma mesma entidade ou situação de diferentes formas (esta planta pode ser uma “rosa”, uma “flor” ou um “presente”). Isso é importante porque, ao selecionar uma palavra específica, evocamos um conjunto de direitos e deveres associados à entidade em questão. Isto é, o próprio fato de designar uma mulher como “mãe” – e não como “atleta”, “brasileira” ou “doadora de órgãos”, mesmo que todos esses termos sejam igualmente adequados do ponto de vista extensional – é suficiente para evocar um conjunto de expectativas sociais tácitas. A importância do caráter perspectival das línguas humanas para a “tirania da *accountability*” fica evidente, por exemplo, na óbvia diferença pragmática entre as formulações “You didn’t talk to that man” (“Você não falou com aquele homem”) e “You didn’t say hello to your friend” (“Você não disse oi para o seu amigo”) – apenas a segunda parece contar como uma admoestação, isto é, um chamado de atenção diante do fato de que o interlocutor descumpriu uma norma social (Enfield; Sidnell, 2022, p. 156).

Por fim, Enfield e Sidnell (2022) destacam ainda três propriedades gramaticais que facilitariam, ou viabilizariam, a permanente prestação pública de contas que caracteriza a sociabilidade humana. Essas três propriedades são (i) a capacidade de conectar, por meio da oração, um referente a um predicado (o que permite ao falante não apenas chamar a atenção para um comportamento, como em *a insistência do Joãozinho em desobedecer às minhas ordens*, mas ainda predicar explicitamente acerca dele, como em *a insistência do Joãozinho em desobedecer às minhas ordens está pegando muito mal*); (ii) a capacidade de conectar, por meio de diferentes mecanismos gramaticais, o espaço-tempo do evento de fala ao espaço-tempo do evento narrado (o que permite, por exemplo, acusar alguém de ter tido um comportamento desviante no passado); e (iii) a capacidade de conectar, também por meio de uma variedade de mecanismos gramaticais, a língua à própria língua, propriedade à qual os autores se referem como reflexividade (e que se mostra fundamental para que as pessoas respondam não apenas pelos seus comportamentos não verbais, mas também pelas suas ações linguísticas: “Você disse que ia me ligar e não ligou!”; “Você chamou ele de adolescente, mas ele é só uma criança”).

Em suma, para Enfield e Sidnell (2022), a linguagem viabiliza a tematização e a caracterização tanto de comportamentos não verbais (aí incluídos comportamentos esperados, hipotéticos, etc.) quanto, reflexivamente, de comportamentos verbais. Ao fazer isso, ela institui a “tirania da *accountability*” – e, com isso, acaba por transformar qualitativamente a **intersubjetividade primária**, elevando-a ao patamar de **intersubjetividade potencializada**.

Em certo sentido, o arcabouço erigido por N. J. Enfield e Jack Sidnell é sensivelmente diferente do quadro teórico desenvolvido por Michael Tomasello e colegas. Enquanto a abordagem tomaselliana se alinha às tradições da psicologia cognitiva e da biologia evolutiva do desenvolvimento (a chamada Evo-Devo), o modelo de Enfield e Sidnell assume uma perspectiva radicalmente pragmática, ou microsociológica, com raízes fincadas firmemente no campo da Análise da Conversa. Como resultado, a abordagem de Tomasello é marcadamente internalista, com o olhar voltado para a emergência

ontogenética e filogenética de *capacidades intersubjetivas*, ao passo que o modelo de Enfield e Sidnell é fortemente externalista, com foco sobre as *ações públicas realizadas pelos sujeitos* e sobre as *normas sociais que as orientam*. A despeito dessas diferenças de perspectiva e (consequentemente) de foco, ambas as abordagens convergem em relação a diversos aspectos – aí incluído o papel central da linguagem para a intersubjetividade humana.

Este volume da revista *Linguística* busca explorar, precisamente, a relação entre linguagem e intersubjetividade. A fim de mapearmos o campo dos estudos que investigam essa relação, podemos, em primeiro lugar, tomar como critério o *tipo de intersubjetividade* considerado em cada caso. À luz do que foi discutido nas últimas páginas, parece seguro estabelecer aqui uma distinção entre dois tipos: de um lado, uma *intersubjetividade situada*, restrita ao aqui-e- agora interacional e ancorada na capacidade de intencionalidade conjunta; de outro, uma *intersubjetividade expandida*, caracterizada pela adesão a crenças e normas sociais e ancorada na capacidade de intencionalidade coletiva¹⁶. Aqui, portanto, o que se estabelece é, essencialmente, uma distinção entre o nível micro da *interação* e o nível macro da *cultura*¹⁷.

Em segundo lugar, podemos tomar como critério o *objeto de análise*. Aqui, temos em mente a distinção entre estudos com viés léxico-gramatical, que vistam à identificação e descrição de *formas linguísticas particulares* (palavras, estruturas sintáticas, contornos prosódicos, etc.), e estudos com viés discursivo, que se propõem a analisar *tipos particulares de discursos ou encontros interacionais* (uma entrevista de pesquisa, uma consulta médica, o discurso jornalístico sobre obesidade¹⁸, etc.).

¹⁶ Os termos “intersubjetividade situada” e “intersubjetividade expandida”, da maneira como os empregamos aqui, não são sinônimos, respectivamente, de “intersubjetividade primária” e “intersubjetividade aprimorada”. Afinal, como vimos, Enfield e Sidnell (2022) tratam a intersubjetividade primária como um tipo de engajamento intersubjetivo *anterior* à emergência da linguagem. Apesar disso, há claros paralelos entre os dois conceitos. Em particular, tanto a intersubjetividade primária quanto o que estamos chamando aqui de intersubjetividade situada envolvem atenção conjunta em uma cena triádica (interlocutor 1 + interlocutor 2 + foco de atenção); além disso, tanto a intersubjetividade potencializada quanto o que estamos chamando aqui de intersubjetividade expandida pressupõem a existência de crenças culturais e normas sociais compartilhadas em uma da comunidade, cuja existência ultrapassa os limites estritos do aqui-e- agora interacional. Por fim, vale dizer que o adjetivo “situada”, neste texto, diz respeito a encontros interacionais particulares, isto é, *interações espaço-temporalmente situadas e pontuais* (duas pessoas falando ao telefone, uma conversa face a face entre médico e paciente, uma aula, etc). Ou seja: embora seja verdade que, em um sentido importante, a intersubjetividade expandida também seja situada – dado que ela é culturalmente específica –, não é a esse tipo que situacionalidade que nos referimos por meio do adjetivo “situada”. O conceito ao qual nos referimos como “intersubjetividade situada” é em grande medida coincidente com o que Tantucci (2021) chama de “intersubjetividade imediata” (“immediate intersubjectivity”) – com a diferença importante de que para este autor, mas não para nós, a intersubjetividade é uma categoria especificamente linguística.

¹⁷ Note-se que essa distinção é diferente da oposição entre, de um lado, um sentido mais *fundamental* de intersubjetividade como dimensão inerente da própria linguagem em interação com a dimensão cognitiva (i.é dimensão social e dimensão cognitiva/psicológica da linguagem) e, de outro, um sentido mais *superficial ou instrumental* de intersubjetividade como expressões (lexicais, gramaticais, pragmáticas) marcadoras de intersubjetividade. Ambos os tipos de intersubjetividade assumidos aqui dizem respeito a esse sentido mais fundamental (o que afasta nossa proposta da abordagem de Tantucci (2021), conforme observamos na nota 13).

¹⁸ O discurso jornalístico sobre a obesidade foi investigado por Gavin Brookes e Paul Baker a partir da análise de notícias sobre obesidade publicadas em 10 jornais britânicos entre 2008 e 2017 (Brookes; Baker, 2021).

Note-se que a diferença fundamental está relacionada essencialmente ao desenho da pesquisa. Isto é: ainda que estudos com viés léxico-gramatical possam vir a incluir análises de excertos textuais relativamente longos e estudos com viés discursivos necessariamente reconheçam a função de formas linguísticas particulares na construção do sentido, esses dois tipos se distinguem em relação àquilo que é tomado, *antes do início da pesquisa*, como objeto de análise: se a pesquisa se apresenta como a investigação de uma determinada forma linguística (digamos, a estrutura passiva, as palavras “golpe” e “impeachment” ou o sufixo “-eiro”), e a partir daí analisa diversos excertos que a contêm, estamos diante de um estudo de viés léxico-gramatical; se a pesquisa se apresenta como a investigação de um determinado tipo de discurso ou encontro interacional (digamos, uma consulta médico, o discurso político, etc.), e a partir daí identifica em um dado *corpus* o papel de formas linguísticas particulares, então estamos diante de um estudo de viés discursivo¹⁹.

Naturalmente, se cruzarmos os critérios *tipo de intersubjetividade* e *objeto de análise*, chegaremos a uma matriz com quatro possibilidades: (i) viés léxico-gramatical com foco sobre a intersubjetividade situada; (ii) viés léxico-gramatical com foco sobre a intersubjetividade expandida; (iii) viés discursivo com foco sobre a intersubjetividade situada; e (iv) viés discursivo com foco sobre a intersubjetividade expandida. Interessantemente, essas quatro possibilidades parecem de fato corresponder a quatro frentes de pesquisa efetivamente identificáveis no campo dos estudos sobre linguagem e intersubjetividade. Essas frentes de pesquisa estão apresentadas no quadro 1, a seguir.

Quadro 1: Frentes de investigação sobre intersubjetividade em linguística

	Eixo léxico-gramatical	Eixo discursivo
Intersubjetividade situada	(1) Identificação e descrição de elementos linguísticos especificamente dedicados ao gerenciamento da interação comunicativa	(2) Análise pragmática / microsociológica da própria interação comunicativa
Intersubjetividade expandida	(3) Identificação e descrição de elementos linguísticos que codificam convencionalmente as perspectivas (crenças) e normas de um dado grupo cultural	(4) Análise discursiva de um tipo de discurso ou encontro interacional, em um <i>corpus</i> ou arquivo previamente selecionado, com foco sobre o reconhecimento de formações discursivas / sistemas de coerências.

Fonte: Elaboração dos autores.

¹⁹ O objetivo aqui não é, de modo algum, determinar que tipo de investigação pode legitimamente reivindicar *status* de análise discursiva ou gramatical. Certamente, há vertentes quantitativas de análises do discurso (baseadas em grandes *corpora* eletrônicos) que definem como objeto, antes do início da análise, uma palavra ou conjunto de palavras. Neste artigo, como observamos acima, os adjetivos “léxico-gramatical” e “discursivo” caracterizam tão somente tipos distintos de *percursos metodológicos de pesquisa*, nos quais o que se define previamente como objeto de análise é, respectivamente, uma forma linguística específica ou um conjunto específico de textos. Com base nessa classificação metodológica, análises discursivas que se debruçam sobre uma grande quantidade de ocorrências de uma mesma palavra pertencem à nossa célula (3), vinculada ao eixo léxico-gramatical.

Como se observa, cada célula do quadro acima corresponde a uma frente possível de pesquisa linguística acerca da intersubjetividade humana. A célula (1) reflete a vasta e heterogênea empreitada intelectual da linguística funcional-cognitiva, frequentemente em sua interface com a pragmática e a linguística de *corpus*. Aqui, destacam-se pelo menos dois caminhos. De um lado, temos estudos diacrônicos que se debruçam sobre processos de mudança linguística, aí incluídos processos de *intersubjetificação* (em que um determinado elemento originalmente não intersubjetivo desenvolve uma função intersubjetiva, passado a atuar no gerenciamento da interação; ver, por exemplo, a análise de Tantucci (2021) para as construções “you don’t want X” e “believe it or not” ou a proposta de Traugott (2022) para o desenvolvimento de “after all”) e de *mudança pragmática* (em que um elemento que tem originalmente uma função intersubjetiva desenvolve uma função intersubjetiva nova; ver, por exemplo, a análise de Fedriani (2019) para os marcadores de polidez do italiano). De outro lado, estão os estudos sincrônicos que identificam a função intersubjetiva de construções ou família de construções particulares (ver, por exemplo, as descrições propostas por Verhagen (2005) para diversas “construções de intersubjetividade” ou o tratamento de Engberg-Pedersen e Thomsen (2016) para três partículas dialógicas do dinamarquês). Na história da Linguística Cognitiva (LC), este parece ter sido um movimento que se iniciou já no século XXI, quando o interesse original sobre as habilidades mentais de um único sujeito conceptualizador passou a coexistir com estudos que se debruçavam sobre *a negociação da conceptualização* por dois ou mais sujeitos. A razão principal desse interesse (tardio) tem sobretudo a ver com a chamada “viragem social” da LC, ocorrida já no século XXI (a esse respeito, ver o número especial de 2016 da revista *Cognitive Linguistics*, bem como Soares da Silva (2021) e Boogart e Reuneker (2017)).

Na célula (3), imediatamente abaixo, cabem as tradições de estudos do léxico em que os significados das palavras refletem, em alguma medida, configurações culturais. Uma dessas tradições é a da Linguística Cultural, que partilha dos mesmos princípios da Linguística Cognitiva (Sharifan (2017), Palmer (1996)). Outra é a empreitada capitaneada por Anna Wierzbicka com o objetivo autodeclarado de “compreender as culturas através de suas palavras-chave”²⁰ (Wierzbicka, 1997; ver, por exemplo, sua análise comparativa entre palavras associadas à noção de LIBERDADE em inglês, russo e polonês, com o objetivo de mostrar que cada palavra codifica uma representação cultural distinta). Por fim, há ainda a Análise do Discurso Lexical, que busca “ganhar acesso ao discurso através das palavras” (Née; Veniard, 2012; ver, por exemplo, sua análise das palavras francesas “insécurité”, “sécurité” e “sûreté” a partir de uma análise de notícias do jornal *Le Monde* no contexto da campanha presidencial de 2001 e 2002).

A célula (2) reflete, essencialmente, a tradição da Análise da Conversa Etnometodológica, da Sociolinguística Interacional e de outras áreas no campo dos estudos da fala-em-interação. Aqui, estamos especificamente no domínio da intersubjetividade situada, isto é, na microanálise dos

²⁰ Esta frase corresponde a uma tradução quase literal do título do livro publicado por Wierzbicka em 1997 (no original, “Understanding cultures through their keywords”).

movimentos que compõem eventos interacionais particulares – o que inclui, por exemplo, os sistemas de tomada de turnos, as muitas formas de organização sequencial da conversa e, mais amplamente, a negociação conjunta de significados no aqui-e-agora interacional. Note-se que, no caso da célula (2), diferentemente do que se vê em (1) e (3), o objeto de análise não são elementos linguísticos específicos (isto é, uma determinada palavra, construção, estrutura sintática, contorno prosódico, etc.); em vez disso, o pesquisador se debruça sobre a totalidade das sequências linguísticas (e manifestações paralinguísticas) produzidas no encontro interacional em questão.

Por fim, a célula (4) corresponde aos estudos que focalizam a intersubjetividade expandida (ancorada na intencionalidade coletiva) por meio de uma análise discursiva (em oposição a gramatical). Essa célula guarda afinidades, portanto, tanto com a célula (2) quanto com a célula (3). Assim como no caso de (2), a pesquisa não parte de elementos linguísticos, e sim de textos (ou conjuntos de textos) completos. Por outro lado, assim como no caso de (3), a pesquisa se volta para o reconhecimento de representações culturais/ideológicas associadas a uma coletividade. A célula (4) é, portanto, o espaço por excelência das diversas ramificações da Análise do Discurso, como, por exemplo, a Análise do Discurso Francesa, a Análise do Discurso Crítica (aí incluída a Análise do Discurso Crítica e Cognitiva; ver, por exemplo, Hart (2010)), a Análise do Discurso Assistida por Corpus e mesmo a Análise de Narrativa.

O presente volume reúne estudos situados, majoritariamente, nas células (1) e (2) – isto é, aquelas vinculadas à intersubjetividade imediata, nos eixos léxico-gramatical e discursivo –, com exceção do sexto artigo, que ocupa a célula (4)²¹. Vejamos:

Quadro 2: Mapeamento dos artigos deste volume de acordo com a classificação do quadro 1

	Eixo léxico-gramatical	Eixo discursivo
Intersubjetividade situada	1, 2, 3, 4, 5	7, 8, 9, 10, 11, 12, 13, 14
Intersubjetividade expandida		6

Fonte: Elaboração dos autores.

Neste volume, os artigos estão ordenados, em larga medida, em função dessa grade classificatória (ainda que outros critérios também tenham sido considerados). Assim, começamos pela célula (1), voltada para estudos gramaticais sobre elementos linguísticos intersubjetivos; passamos para a célula (4), com um único estudo discursivo sobre representações ideológicas; e terminamos na célula (2), com um conjunto de artigos que se debruçam, sob diferentes perspectivas, sobre o encontro interacional (seja ele síncrono ou assíncrono).

²¹ A escassez de artigos na célula (4) parece ser reflexo do fato de que a palavra “intersubjetividade” não é tipicamente associada a análises discursivas de nível macro, orientada para a construção de conhecimento sobre crenças ideológicas e representações culturais de uma coletividade.

Abre o Dossiê o artigo “Advérbios fóricos como expressão de intersubjetividade”, de Roberto Gomes Camacho e Pedro Henrique Truzzi de Oliveira. Os autores discutem a intersubjetividade no âmbito da Gramática Discursivo-Funcional (GDF) (Hengeveld e Mackenzie, 2008), argumentando que a explicação teórica para esse fenômeno está vinculada ao Componente Contextual da GDF. Com base em dados de língua falada e de língua escrita, Camacho e Oliveira propõem que usos de advérbios fóricos, como *cá* e *lá*, entre outros, revelam matizes de intersubjetividade na medida em que ativam diferentes elementos contextuais. Em última instância, os autores aproveitam a discussão sobre intersubjetividade na GDF para discutir o lugar que essa teoria assume no contínuo das propostas funcionalistas e cognitivistas, segundo a avaliação de Butler e González García (2005).

O artigo “De oração modal ou condicional a operador argumentativo de acréscimo: o papel da intersubjetividade na emergência de [sem falar] no português”, de Monclar Guimarães Lopes e Brenda da Penha de Oliveira, descreve os usos e a emergência de “sem falar” como um operador (aditivo) argumentativo, mostrando que essa expressão surge no português, de um ponto de vista diacrônico, a partir do processo de analogização motivado pelo mecanismo cognitivo da intersubjetividade. O estudo apresentado no artigo está calcado teórico-metodologicamente na Linguística Funcional Centrada no Uso (Rosário, 2022), mas muito pertinentemente aproveita reflexões da Linguística Textual (Koch, 2004) e da Semântica Argumentativa (Ducrot, 1973), sendo esta última a fonte do termo “operador argumentativo”, usado por Lopes e Oliveira para dar nome à nova categoria de “sem falar” no português.

O artigo “Construções concessivas, escalaridade e intersubjetividade: análise contrastiva de [ainda que p, q] e [mesmo que p, q]”, de Gabriela Silva Ribeiro e Lilian Vieira Ferrari, enquadra-se na Linguística Cognitiva, mais especificamente, na Teoria dos Espaços Mentais (Dancygier e Sweetser, 2005), e na proposta de intersubjetividade estendida de Tantucci (2021). Com base em dados de língua escrita, as autoras desenvolvem a proposta de que construções concessivo-condicionais com *ainda que* e *mesmo que* assemelham-se na medida em que constroem espaços mentais que estabelecem relações causais incongruentes, típicos da concessividade, e compartilham natureza intersubjetiva e escalar. No entanto, diferem quanto à postura epistêmica (Fillmore, 1990): enquanto *ainda que* sempre sinaliza postura epistêmica positiva, *mesmo que* pode sinalizar tanto postura neutra quanto negativa. As autoras ainda propõem que as correlações modo-temporais verificadas nessas construções concessivo-condicionais, para além da construção da factualidade/potencialidade do evento descrito na oração concessivo-condicional, são responsáveis por marcar a postura epistêmica do falante quanto à relação causal incongruente estabelecida entre *p* e *q*.

No artigo “(Inter)subjetificação no processo de construcionalização de [por conta de (x)]_{causal} na língua portuguesa: uma análise diacrônica”, Sueli Maria Coelho e Luís Filipe Lima e Silva ancoram-se em um entendimento genérico de intersubjetividade, com base em propostas discursivas de Bakhtin (1999) e de Benveniste (1989), segundo o qual intersubjetividade diz respeito à dinâmica que envolve as duas primeiras pessoas do discurso. A análise de ocorrências da construção [por conta de (x)] nos

séculos XIII a XX revela que a matiz causal dessa construção aparece no português no século XVI. Os autores atribuem o surgimento desse significado causal a mecanismos de intersubjetificação.

Também na linha das investigações dos processos de mudança está o artigo “Construcionalização e paradigmática das construções epistêmicas no português brasileiro”, de Letícia de Almeida Barbosa, que propõe uma análise de construções parentéticas epistêmicas, fundamentada nos Modelos Baseados no Uso (Bybee, 2016, entre outros). Com base em uma amostra de *corpora* diversos, tanto de língua escrita quanto de língua falada e de diferentes diacronias do português, a autora analisa os estágios de desenvolvimento construcional da construção parentética epistêmica e defende que o surgimento desse tipo de construção, no português, deve-se a mecanismos de intersubjetividade, uma vez que tais construções são usadas para revelar uma consideração mais detida por parte do falante com relação à interpretação do destinatário.

O artigo “As onomatopeias na Libras”, de Graciele Kerlen Pereira Maia e Elidéa Lúcia Almeida Bernardino, apresenta uma detalhada análise do uso de onomatopeias na Língua Brasileira de Sinais. Por meio da análise de vídeos, as autoras procuram discutir as contribuições expressivas e intersubjetivas do uso de onomatopeias na construção do discursos narrativo e fabulístico em Libras, argumentando que o uso desses recursos pode, inclusive, mudar o sentido de uma sinalização.

O artigo “A relação entre metáfora e frames na construção de sentido do conceito de política dos discursos de Jair Bolsonaro”, de Vitor Fernandes Gonçalves e Fernanda Carneiro Cavalcanti, apresenta uma análise do conceito de política com base em uma amostra de 15 trechos de 187 discursos do ex-presidente do Brasil Jair Bolsonaro. Pautados pela Teoria da Metáfora Conceptual (Lakoff; Johnson, 1980) e respaldados pela Abordagem Crítica da Metáfora (Mulsoff, 2016), os autores identificam e descrevem diferentes metáforas, tais como POLÍTICA É ATO RELIGIOSO, sistematicamente relacionadas a frames específicos, como os frames DISCURSO_MILITAR e DISCURSO_CRISTÃO. Gonçalves e Cavalcanti apontam, afinal, que a metáfora do PAI SEVERO é o fator unificador conceptual entre outros domínios metafóricos e os frames acionados pelo discurso do ex-presidente.

Em perspectiva linguístico-textual, o artigo “Ironia e textualidade”, de Mônica Magalhães Cavalcante e Mariza Angélica Paiva Brito, defende que a análise da ironia deve levar em conta o “circuito comunicativo” (nos termos das autoras) em que o ato irônico se realiza, no que diz respeito, por exemplo, à projeção de intencionalidade por parte de um falante, ao reconhecimento de pré-discursos por parte dos interlocutores, e à identificação de incongruências entre o dito e o comunicado. Conduzindo uma análise de textos de diferentes gêneros discursivos, as autoras apresentam elementos linguísticos, discursivos e contextuais que, por si só não asseguram a obtenção do efeito irônico no texto, mas configuram-se como sensíveis a esse efeito. Cavalcante e Brito apontam, finalmente, a ironia como uma estratégia interativa e persuasiva e, portanto, de natureza fortemente intersubjetiva.

Os dois artigos seguintes estabelecem interface entre a Linguística Cognitiva e a Psicanálise, por caminhos diferentes. No artigo “Mesclagem conceitual em sonhos na pandemia: novas perspectivas para um diálogo entre linguística e psicanálise”, Oliveira *et al.* articulam o modelo de mesclagem conceptual (Fauconnier e Turner, 2002) e os conceitos freudianos de condensação e deslocamento, os

quais, segundo os autores, correspondem aos conceitos de metáfora e metonímia, respectivamente, na Linguística Cognitiva. Em direção complementar, Ismerim e Dunker, no artigo “Lacan e linguística cognitiva: novos diálogos em torno da intersubjetividade”, propõem uma aproximação entre a epistemologia da Linguística Cognitiva com as ideias psicanalíticas de Jacques Lacan, autor cujas ideias dialogam com a Linguística Estruturalista há décadas. No percurso de aproximação entre esses dois campos epistemológicos, Ismerim e Dunker discutem três empecilhos: a distância epistemológica entre os campos, a não coincidência entre os objetos teóricos de cada campo e, finalmente, a vinculação política de cada campo. No artigo de Oliveria *et al.*, a intersubjetividade é examinada especificamente nos processos de mesclagens de sonhos; no artigo de Ismerim e Dunker, o exame da intersubjetividade se centra no próprio problema da “teoria da interação” oferecida pela psicanálise e avaliada pela perspectiva cognitivista. Nos dois artigos, os autores são favoráveis à ideia de que a Linguística Cognitiva parece oferecer um aparato complementar ao da psicanálise para o tratamento e análise da linguagem como um fenômeno psicossocial.

O artigo “Processos intersubjetivos de conceptualização da referência espacial na interação entre criança com trissomia do 21 e terapeutas”, de Leite *et al.*, parte da concepção da linguagem como uma “arena intersubjetiva de negociação dos sentidos” (p. 219, deste volume). Com base nesse entendimento, os autores investigam o desenvolvimento do raciocínio espacial infantil por meio de uma análise dos processos de atencionalidade, atenção conjunta e comunicação intersubjetiva na aquisição da linguagem da criança. Por meio de estudo de caso, os autores mostram que o processo de construção conceptual da referência espacial só pode ser satisfatoriamente explicado se se levar em conta questões interacionais, atencionais e intersubjetivas.

No artigo “A construção da intersubjetividade nas solicitações de primeiras histórias na mediação judicial online: um estudo de fala-em-interação”, com base na Análise da Conversa, Paulo Cortes Gago e Daniel Souza Cruz estudam a mediação como um método para a solução consensual de conflitos, mostrando que a intersubjetividade se constrói e se desenvolve em trajetórias distintas, condicionadas pela tarefa institucional da mediação judicial online. A análise dos autores mostra que as estruturas sequenciais da fala-em-interação são responsáveis pela manutenção do foco de atenção conjunta entre os participantes, sendo, portanto, a própria arena de construção e manutenção das relações intersubjetivas.

No artigo “Sobre entrevistas de pesquisa, intersubjetividade e importância de não se negligenciar a situação”, Liana de Andrade Biar reflete sobre a relevância das relações de intersubjetividade que se configuram entre pesquisadores e colaboradores em entrevistas de pesquisa. Com base na Análise de Narrativa de linha goffmaniana, Biar mostra que pressuposições sociais, trabalho de face e manejo de estigma ajudam o pesquisador a estar atento às respostas dos colaboradores nas entrevistas, de modo que seja possível identificar estranhezas ou, até mesmo, desconfiar de respostas oferecidas. No contexto das reflexões de Biar, a intersubjetividade está vista não só na linguagem mas na própria dimensão acional que acompanha o uso linguístico.

Fecha o Dossiê o artigo “Diacronia de processos de construção de textos em cartas de leitor paulistas”, de Penhavel *et al.* O artigo reporta resultados obtidos no âmbito do Projeto para a História do Português Brasileiro, com base no aparato teórico-metodológico da Perspectiva Textual-Interativa. Os autores examinam cartas do leitor publicadas em jornais paulistas nos séculos XIX e XX, analisando aspectos diacrônicos da organização tópica, da parentetização e da repetição. Os autores apontam inúmeras diferenças significativas na estruturação textual das cartas dos dois séculos, diferenças estas que eles atribuem ao fato de ter havido uma mudança tanto de finalidade da carta do leitor quanto de estilo. Tal mudança, segundo os autores, é um reflexo do enquadramento intersubjetivo que caracteriza as cartas do leitor ao longo da história.

A coleção de artigos neste Dossiê revela a diversidade de perspectivas pelas quais pode-se dar conta da intersubjetividade nos diversos usos da língua e nas interações humanas. Muito interessante é perceber a mobilização da “intersubjetividade”, como categoria teórico-analítica, pelos autores nos artigos.

Em quase todos os artigos deste Dossiê a “intersubjetividade” é invocada como um mecanismo causal que explica, pelo menos em parte: a) fenômenos de mudança linguística no plano construcional (são exemplos os artigos de Lopes e Oliveira, de Barbosa, de Coelho e Lima e Silva, entre outros) e no plano textual (é exemplo o artigo de Penhavel *et al.*); b) distribuições sincrônicas de construções gramaticais (como discutem Camacho e Oliveira; Ribeiro e Ferrari; Maia e Bernardino); c) procedimentos de organização textual-discursiva (como mostram os artigos de Oliveira *et al.* e de Penhavel *et al.*); d) conduta interacional e acional dos usuários da língua em situações de interação (como sugerem os estudos de Gago e Cortez, e de Biar); e, por fim, e) influências no processo de aquisição da linguagem infantil (como mostra o estudo de Leite *et al.*). Em seu caráter ontológico – e não como categoria explanatória – a intersubjetividade figura, neste dossiê, no ensaio de Ismerim e Dunker.

Em conjunto, os artigos deste Dossiê apresentam rumos para a investigação linguística da intersubjetividade, seja pela sua natureza ontológica, seja como mecanismo causal que determina a estrutura linguística.

Espera-se, afinal, que dos estudos incluídos aqui surjam novas frentes de investigação desse fenômeno tão complexo, tão linguístico e tão humano.

Referências

BAKHTIN, Mikhail. *Marxismo e filosofia da linguagem: problemas fundamentais do método sociológico na ciência da linguagem*. 9. ed. São Paulo: Hucitec, 1999 [1920].

BENVENISTE, Émile. *Problemas de linguística geral II*. Campinas, SP: Pontes, 1989 [1966].

BOOGART, R; REUNEKER, A. Intersubjectivity and grammar. *In*: DANCYGIER, B. *The Cambridge Handbook of Cognitive Linguistics*. Cambridge: University Press, 2017.

- BROOKES, G.; BAKER, P. *Obesity in the news: Language and representation in the press*. Cambridge: University Press, 2021.
- BUTLER, C. S.; GONÇÁLVES-GARCIA, F. Situating FDG in Functional-Cognitive space: an initial study. In: MACKENZIE, J. L.; GÓMEZ-GONZÁLEZ, M. (eds.) *Studies in Functional Discourse Grammar*. Bern: Peter Lang, pp. 109-158, 2005.
- BYBEE, J. *Língua, uso e cognição*. Tradução: Maria Angélica Furtado da Cunha. Revisão téc. Sebastião Carlos Leite Gonçalves. São Paulo: Cortez, 2016.
- DANCYGIER, B.; SWEETSER, E. *Mental Spaces in grammar: conditional constructions*. Cambridge: Cambridge University Press. 2005.
- DECETY, J.; CHAMINADE, T. Neural correlates of feeling sympathy. *Neuropsychologia*, v. 41, n. 2, pp. 127-38, 2003.
- DESMOND, H.; RAMSEY, G. Introduction: The manifold challenges to understanding human success. In: DESMOND, H.; RAMSEY, G. (eds.). *Human success: Evolutionary origins and ethical implications*. Oxford: University Press, 2023.
- DUCROT, O. *La prevue et le dire*. Paris: Maison Mame, 1973.
- ENFIELD, N. J.; SIDNELL, J. *Consequences of language: From primary to enhanced intersubjectivity*. Cambridge, MA: The MIT Press, 2022.
- ENFIELD, N. J.; SIDNELL, J. The normative nature of language. In: Roughley, N.; Bayertz, K. (eds.). *The normative animal? On the anthropological significance of social, moral, and linguistic norms*. Oxford: University Press, 2019.
- ENFIELD, N. J.; SIDNELL, J. Language presupposes an anchronic infrastructure for social interaction. In: DOR, D.; KNIGHT, C.; LEWIS, J. *The social origins of language: Studies in the evolution of language*. Oxford: University Press, 2014.
- ENGBERG-PEDERSEN, E.; THOMSEN, D. B. The socio-cognitive foundation of Danish perspective-mixing dialogue particles. In: Dancygier, B.; Lu, W.; Verhagen, A. *Viewpoint and the fabric of meaning: Form and use of viewpoint tools across languages and modalities*. Berlin: De Gruyter Mouton, pp. 125-142, 2016.
- FAUCONNIER, G.; TURNER, M. *The way we think*. New York: Basic Books, 2002.
- FEDRIANI, C. A pragmatic reversal: Italian *per favore* 'please' and its variants between politeness and impoliteness. *Journal of pragmatics*, v. 142, pp. 233-244, 2019.
- FILLMORE, C. Epistemic stance and grammatical form in English conditional sentences. *Chicago Linguistic Society*, v. 26, pp. 137-162, 1990.
- GOWDY, J.; KRALL, L. The economic origins of ultrasociality. *Behavioral and Brain Sciences*, v. 39, 2016.
- HART, C. *Critical Discourse Analysis and Cognitive Science: New perspectives on immigration discourse*. Basingstoke: Palgrave, 2010.

HENGEVELD, Kees; MACKENZIE, J. Lachlan. *Functional Discourse Grammar: A typologically-based theory of language structure*. Oxford: Oxford University Press, 2008.

HOFFMANN, T. *Construction Grammar: The structure of English*. Cambridge: University Press, 2022.

GÄRDENFORS, P. Evolutionary and developmental aspects of intersubjectivity. In: LILJENSTRÖM, H.; ARHEM, P. (eds.). *Consciousness transitions: Phylogenetic, ontogenetic, and Physiological aspects*.

KOCH, I. G. V. *Argumentação e Linguagem*. São Paulo: Editora Contexto, 2004.

LAKOFF, G.; JOHNSON, M. *Metaphors we live by*. 1. ed. Chicago: The University of Chicago Press, 1980.

LANGACKER, R. W. *Foundations of Cognitive Grammar – Vol I: Theoretical prerequisites*. Stanford: University Press, 1991.

LANGACKER, R. W. *Foundations of Cognitive Grammar – Vol. II: Descriptive application*. Stanford: University Press, 1987.

MUSOLFF, A. *Political metaphor analysis: Discourse and scenarios*. 1. ed. London: Bloomsbury Publishing Plc, 2016.

NÉE, E.; VENIARD, M. Lexical Discourse Analysis: Toward a revival using a semantic approach. *Langage et société*, v. 140, n. 2, pp. 15-28, 2012.

PALMER, G. B. *Toward a theory of Cultural Linguistics*. Austin: University of Texas Press, 1996.

PINHEIRO, D.; Soares da Silva, A.; Freitas Jr, R. Gramática de Construções Baseada no Uso. *Solettras*, v. 45, pp. 1-15, 2023.

ROSÁRIO, I. C. (org.). *Introdução à Linguística Funcional Centrada no Uso*. Teoria, método e aplicação. Niterói: Eduff, 2022.

SCHORE, A. N. The interpersonal neurobiology of intersubjectivity. *Frontiers in Psychology*, 12, 2021.

SHARIFIAN, F. *Cultural Linguistics: Cultural conceptualisations in language*. Amsterdam: John Benjamins, 2017.

SOARES DA SILVA, A. Figurative language: Intersubjectivity and usage. In: SOARES DA SILVA, A. (ed.). *Figurative Language: Intersubjectivity and Usage*, Amsterdam: John Benjamins, pp. 1-15, 2021.

TANTUCCI, V. *Language and social minds: The semantics and pragmatics of intersubjectivity*. Cambridge: University Press, 2021.

TOMASELLO, M. *Becoming human: A theory of ontogeny*. Cambridge, MA / London, England: The Belknap Press of Harvard University Press, 2019.

TOMASELLO, M. How children come to understand false beliefs: A shared intentionality account. *PNAS*, v. 115, n. 34, pp. 8491-8498, 2018.

TOMASELLO, M. *A natural history of human thinking*. Harvard: University Press, 2014.

TOMASELLO, M.; GONZALEZ-CABRERA, I. The role of ontogeny in the evolution of human cooperation. *Human Nature*, v. 28, pp. 274-288, 2017.

TRAUGOTT, S. *Discourse structuring markers in English*. Amsterdam: John Benjamins, 2022.

TREVARTHEN, C. Communication and cooperation in early infancy. A description of early intersubjectivity. In: M. Bullowa (ed.), *Before Speech: The Beginning of Human Communication*, pp. 99-136. London: Cambridge University Press, 1979.

TREVARTHEN, C.; AITKEN, K. J. Infant intersubjectivity: research, theory, and clinical applications. *Journal of Child Psychology and Psychiatry*, v. 42, n. 1, pp. 3-48, 2001.

VERMEIJ, G. The origin and evolution of human uniqueness. In: DESMOND, H.; RAMSEY, G. *Human success: Evolutionary origins and ethical implications*. Oxford: University Press, 2023.

VERHAGEN, A. *Constructions of intersubjectivity: Discourse, syntax, and cognition*. Oxford: University Press, 2005.

WIERZBICKA, A. *Understanding cultures through their Keywords: English, Russian, Polish, German, and Japanese*. Oxford: University Press, 1997.

ZLATEV, J. *et al.* *The shared mind: Perspectives on intersubjectivity*. Amsterdam: John Benjamins, 2008.